

Bibliotecas prisionais e padrões nacionais e internacionais: evolução histórica

Andreu Sulé

Apresenta-se a evolução histórica dos padrões e recomendações sobre bibliotecas prisionais que ocorreu nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e, também, pela ederação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA).

Palavras-chave: Biblioteca prisional – Padrões – Austrália. Biblioteca prisional – Padrões – Estados Unidos. Biblioteca prisional – Padrões – Reino Unido.

Bibliotecas de prisión y estándares nacionales e internacionales: evolución histórica

Se expone la evolución histórica de los estándares y recomendaciones que sobre bibliotecas penitenciarias han desarrollado los Estados Unidos de América, el Reino Unido, Australia y la International Federation of Library Associations and Institutions.

Palabras Clave: Biblioteca de prisión – Estándares – Australia. Biblioteca de prisión – Estándares – Estados Unidos. Biblioteca de prisión – Estándares – Reino Unido.

Prison libraries and national and international standards: historical evolution

It outlines the historical evolution of standards and recommendations on prison libraries developed by the United States of America, the United Kingdom, Australia and the International Federation of Library Associations and Institutions.

Keywords: Prison library – Standards – Australia. Prison library – Standards – United States. Prison library – Standards – United Kingdom.

Departament de Biblioteconomia, Documentació i Comunicació Audiovisual. Universitat de Barcelona. Centre de Recerca en Informació, Comunicació i Cultura. Universitat de Barcelona. ORCID: 0000-0002-2467-3678

sule@ub.edu

Artigo original traduzido

1 INTRODUÇÃO

O direito de acesso à biblioteca e à informação pelas populações carcerárias é reconhecido tanto pelas Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2015) quanto pelo Conselho da Europa (RECOMMENDATION..., 2006). Portanto, qualquer país comprometido com o cumprimento desses direitos tem o dever de desenvolver um sistema de bibliotecas prisionais com qualidade semelhante ao sistema de bibliotecas públicas à que têm acesso os demais cidadãos livres.

Frequentemente, este desenvolvimento é dificultado pela escassa consciência social e governamental da importância das bibliotecas para os presos, tanto no sentido unicamente educativo ou, de uma maneira mais ampla, como uma ferramenta de transformação no processo de sua reabilitação e reinserção na sociedade. Também é frequente a inexistência de indicadores nacionais de qualidade, que possam avaliar os serviços bibliotecários oferecidos e muito menos ainda desenvolvê-los de maneira uniforme em todo país.

Diante desta situação, torna-se imprescindível a elaboração de padrões ou recomendações que estabeleçam os princípios e os objetivos que nortearão o funcionamento de bibliotecas prisionais, seu modelo de organização (por exemplo, o modelo de biblioteca pública), o perfil do pessoal (profissional ou não), o número de volumes e tipo de documentos da coleção, o orçamento mínimo, as instalações, os serviços e, principalmente, o tipo de relação com o sistema bibliotecário do país, especialmente com o sistema de bibliotecas públicas. Embora alguns países tenham desenvolvido regulamentação penitenciária, que inclui algum tipo de menção a bibliotecas, sendo, no melhor dos casos, restrita a uma única declaração do direito que tem os internos à leitura ou ao acesso à biblioteca (KAISER, 1993).

A experiência demonstra que somente quando as associações de bibliotecários regionais, nacionais ou internacionais se empenham na elaboração dessas diretrizes, os documentos produzidos convertem-se em autênticas ferramentas para mudanças. Ao longo da história não se encontra um grande número desses documentos. Porém, os que existem têm sido e são muito significativos para as bibliotecas prisionais. Neste artigo são apresentados quatro desses casos, três de âmbito nacional (Estados Unidos,

Reino Unido e Austrália) e um internacional (as recomendações da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições – IFLA).

O caso dos Estados Unidos é o mais detalhado e o melhor documentado. As primeiras atuações relacionadas ao serviço de biblioteca prisional são do princípio do século XX e seus padrões atuais são um exemplo de pragmatismo por haverem se convertido num parâmetro para medir as auditorias a que são submetidas as bibliotecas que desejam receber subsídios governamentais. O caso do Reino Unido tem a particularidade de representar um tipo de recomendação totalmente diferente do estadunidense. As diretrizes britânicas são de caráter mais qualitativo, visto que a concretização das características do serviço bibliotecário é determinada pelo acordo a que chega cada centro com as autoridades das bibliotecas públicas no seu entorno. Finalmente, no âmbito nacional há que se destacar as diretrizes australianas por sua atualidade. Por terem publicado sua última edição em 2015, permitiu que Australian Library and Information Association incorporasse o melhor dos padrões dos Estados Unidos e do Reino Unido, além de atualizar aquelas áreas mais afetadas pelas mudanças tecnológicas.

No âmbito internacional, neste artigo se expõe a inigualável contribuição da IFLA com suas três edições do *Guia para serviços de bibliotecas para encarcerados*¹. Sem dúvida, estas recomendações são utilizadas por muitos países sem diretrizes próprias e têm ajudado muitos bibliotecários a convencer as autoridades penitenciárias de seus países da importância de se garantir um mínimo de qualidade nas bibliotecas prisionais.

Este trabalho apresenta a evolução histórica dos padrões e das recomendações que se desenvolveu sobre as bibliotecas prisionais em cada um dos quatro casos, destacando suas semelhanças, diferenças e influências mútuas, assim como colocando em destaque a relação de cada publicação com o contexto profissional, organizacional, econômico e tecnológico de cada momento. Como muito acertadamente apontou Frances E. Kaiser (1993, p.68), “Recomendações nunca podem ser estáticas porque assim como as sociedades mudam, igualmente mudam

¹ NT: No original: *Guidelines for library services to prisoners*.

seus sistemas prisionais. Os serviços bibliotecários e as recomendações devem se antecipar a essas mudanças².”

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE PADRÕES E RECOMENDAÇÕES

2.1 Estados Unidos da América

Os Estados Unidos são, sem dúvida, o país que mais desenvolveu e publicou padrões e recomendações sobre bibliotecas prisionais. A American Library Association (ALA) e a American Correctional Association (ACA) adotaram, já no início do século XX, um papel muito proativo na definição do que tem que ser um serviço bibliotecário de qualidade dentro dos centros penitenciários. O trabalho de ambas associações, seja de maneira individual ou, sobretudo, de maneira conjunta, tem estado, em sua maior parte, direcionado à elaboração de padrões quantitativos, especialmente a partir do último terço do século XX. Além de definir um marco teórico para o serviço bibliotecário prisional (missão, objetivos, etc.), os padrões estadunidenses da ALA e da ACA oferecem aos gestores responsáveis uma ferramenta para auditar a qualidade do serviço e, desta maneira, poderem escolher entre as subvenções estaduais e federais. Desta maneira, os padrões não recomendam, mas definem valores mínimos para cada um dos elementos do serviço (acesso, pessoal, orçamento, coleção, etc.), chegando, inclusive, a estabelecer a intensidade de iluminação nos distintos espaços da biblioteca. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992, p.18).

Os primeiros documentos relacionados com o serviço de biblioteca em prisões são do início do século XX. Em 1916, o Committee on Library Work in Hospitals and in Charitable and Correctional Institutions da ALA publicou o *Manual para instituições bibliotecárias*³ (BAILEY, 1972). Mais tarde, em 1931, surgiu a publicação *A educação de prisioneiros adultos: uma pesquisa e um programa*⁴, de Austin MacCormick, uma extensa obra de mais de 400 páginas que continha um capítulo e dois apêndices sobre bibliotecas em centros penitenciários. De sua parte, a ALA, em virtude da falta de profissionalização dos responsáveis pelas bibliotecas prisionais nos Estados Unidos,

² NT: *Guidelines can never remain static because as societies change, so do their prison systems. Library services and Guidelines must anticipate such changes.*

³ NT: No original: *Manual for institution libraries.*

⁴ NT: No original: *The Education of adult prisoners: a survey and a program.*

publicou, em 1932, o manual *Manual de bibliotecas prisionais*⁵ destinado a pessoas sem formação específica.

A associação bibliotecária seguiu trabalhando e em 1943, juntamente com a American Prison Association, publicou os *Objetivos e padrões para bibliotecas em prisões para adultos e para reformatórios*⁶. Mais tarde, em 1946, estes padrões foram integrados ao *Manual de padrões sugeridos para um sistema correcional do Estado*⁷, documento elaborado por um comitê de 17 criminalistas do país para a American Prison Association. O bom trabalho realizado pela ALA refletiu-se no destacado interesse que o Manual demonstrou pelo serviço bibliotecário, o que não passou despercebido e que foi criticado, por F.T.F. em sua revisão do manual:

A ênfase no programa institucional é apropriado ao interesse principal da Associação, mas a necessidade de devotar oito páginas para bibliotecas institucionais pode ser questionada, quando a importantes assuntos como liberdade condicional e parole são dadas, respectivamente, somente três e sete páginas. (F.T.F., 1947)

Finalmente, em 1950, o Committee on Institution Libraries of the American Prison Association publicou o *Manual bibliotecário para instituições correcionais: manual de padrões e procedimentos para prisões, reformatórios para homens e mulheres e outras instituições correcionais para adultos*⁸. Tratava-se de uma atualização para o *Manual de bibliotecas prisionais* de 1932, no qual se incluíram os *Objetivos e padrões para bibliotecas em prisões para adultos e para reformatórios* de 1943.

Como destacou Bailey (1972), estes primeiros padrões já estabeleciam alguns dos pilares básicos a partir dos quais se desenvolveram as seguintes normas: pessoal bibliotecário profissional, orçamento regular, instalações adequadas, coleção devidamente desenvolvida e estreita cooperação com outros departamentos do centro (especialmente com o de educação).

⁵ NT: No original: *The prison library handbook*.

⁶ NT: No original: *Objectives and standards for libraries in adult prisons and reformatories*.

⁷ NT: No original: *Manual of suggested standards for a state correctional system*.

⁸ NT: No original: *Library manual for correctional institutions: a handbook of library standards and procedures for prisons, reformatories for men and women and other adult correctional institutions*.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 a American Correctional Association revisou de forma regular os padrões do serviço bibliotecário que foram aparecendo nas sucessivas edições de seu *Manual de padrões prisionais*⁹ (1954, 1959, 1962, 1966). Aprovadas todas elas também pela ALA, estas revisões implicaram em uma mudança importante em relação a documentos anteriores, tanto na forma como na sua essência. Escritas de forma mais compacta e em um formato diferente, desenvolveram em maior amplitude o elenco de serviços que a biblioteca deveria oferecer e estabeleceram o número mínimo de volumes que sua coleção teria que conter, 6.000 itens, com pelo menos dez livros por preso. Também ampliaram os padrões que afetavam o pessoal bibliotecário profissional e não profissional, determinados em função do número de internos do centro.

Apesar de todos os esforços normativos, na década de 1970 foi detectado que a aplicação dos padrões e a avaliação do seu impacto não era nem sistemática nem uniforme (WILKINS, 1977). Mas, longe de ser um problema exclusivo dos serviços bibliotecários, estas deficiências eram extensíveis à maioria dos serviços penitenciários do país. Por isto, em 1974 a American Correctional Association desenvolveu um programa de certificação voluntária para todo tipo de centro de reclusão. Com tal programa, pretendia-se prestar contas à comunidade por uns fundos públicos que nem sempre eram bem vistos nem valorizados.

Uma vez que a avaliação do serviço bibliotecário fazia parte da certificação dos centros, a ALA e a ACA enfatizaram seus esforços em publicar padrões bibliotecários para todo tipo de instituição correcional. Assim, em 1975 foram publicados os *Padrões bibliotecários para instituições correcionais para jovens*¹⁰ e as *Diretrizes para serviço de referência jurídica em instituições correcionais*¹¹ e, em 1978, os *Padrões bibliotecários para instituições de prisão e de detenção*¹².

Uma novidade importante nesta nova remessa de normas é que, pela primeira vez, o serviço bibliotecário é colocado de forma expressa e explícita dentro do

⁹ NT: No original: *Manual of correctional standards*.

¹⁰ NT: No original: *Library standards for juvenile correctional institutions*.

¹¹ NT: No original: *Guidelines for legal reference service in correctional institutions*.

¹² NT: No original: *Library standards for jails and detention facilities*.

conjunto de serviços penitenciários encaminhados ao reingresso dos delinquentes na sociedade. A biblioteca passa a ser uma parte integrante do programa de reabilitação do sistema penitenciário e, portanto, a partir deste momento, “[...] tem a oportunidade de se transformar num forte aliado em qualquer programa projetado para fomentar a reinserção de infratores na comunidade.” (WILKINS, 1977).

O papel da biblioteca nos centros penitenciários ficou também reforçado e determinado por uma série de sentenças promulgadas ao longo destes anos por tribunais federais dos Estados Unidos. Esses tribunais sentenciaram que os reclusos tinham direito a dispor dos mesmos serviços públicos que o resto dos cidadãos, assim como a leitura e o acesso a livros e outros materiais de informação. Foi muito relevante a sentença para o caso *Gilmore v. Lynch* (1970) que estabeleceu o direito dos internos em dispor de serviços bibliotecários legais, o que deu lugar a que a American Correctional Association desenvolvesse e publicasse em 1975 as *Diretrizes para serviço de referência jurídica em instituições correcionais*¹³.

Em 1981, A ALA, em cooperação com a ACA, publicou os *Padrões bibliotecários para instituições correcionais para adultos*¹⁴, onde se reafirmava a necessidade de criar coleções de acordo com as necessidades e os interesses dos internos e no desenvolvimento de vínculos com a comunidade (LEHMANN, 2011). As opiniões sobre os padrões foram desiguais e nem sempre positiva, como no caso de Daniel Suvak (1989) que qualificou de pouco realista, por ser excessivo, o orçamento previsto para as bibliotecas, e de defasada a parte dedicada às novas tecnologias.

Em uma revisão iniciada em 1987, foi publicada a edição de 1992 dos *Padrões bibliotecários para instituições correcionais para adultos* (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992). Mais tarde, em 1999, publicaram-se os padrões correspondentes aos centros juvenis, os *Padrões bibliotecários para instituições correcionais para jovens*¹⁵. Ambas publicações são os padrões utilizados até hoje para o planejamento, criação e avaliação dos serviços bibliotecários penitenciários.

¹³ NT: No original: *Guidelines for legal reference service in correctional institutions*.

¹⁴ NT: No original: *Library standards for adult correctional institutions*.

¹⁵ NT: No original: *Library standards for juvenile correctional institutions*.

A revisão dos *Padrões bibliotecários para instituições correcionais para adultos*¹⁶ foi motivada, por um lado, pela crescente superpopulação dos centros estadunidenses que comportou uma maior demanda e exigência dos serviços bibliotecários. Por outro lado, as importantes mudanças que ocorreram ao longo da década de 1980, produzidas tanto na natureza da informação (materiais audiovisuais e digitais) como nas novas tecnologias (computadores pessoais, programas de computador, etc.), geraram reclamações por parte dos bibliotecários, para que fosse feita uma revisão dos padrões.

A visão do serviço penitenciário na edição de 1992 dos *Padrões bibliotecários* mostrou-se continuísta em relação às sentenças dos tribunais federais dos anos 1970, sobre o direito dos internos de dispor dos mesmos serviços públicos que os demais cidadãos americanos:

Serviços bibliotecários devem assegurar os direitos dos internos de ler e de ter acesso livre à informação. Serviços devem abranger a mesma variedade de material, formatos e programas como disponível para a comunidade externa. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1992, p. 10).

Este modelo de biblioteca pública se complementa com a definição de padrões para seis aspectos do serviço bibliotecário: acesso, administração, pessoal, orçamento, instalações, serviços e coleções, a maioria deles determinados pelo número de internos do centro, o que permite que as normas sejam de utilidade para instituições penitenciárias de tamanhos diferentes destinadas aos adultos.

Lamentavelmente, os anos não passaram em vão para esta edição dos *Padrões bibliotecários* e as mudanças, não só tecnológicas quanto também do papel que os serviços bibliotecários desempenham na comunidade (livre e presa), acontecidas nos mais de 25 anos que nos separam de sua publicação, justificam uma nova publicação atualizada que esperamos que tanto a ALA quanto a ACA já tenham previsto em suas agendas.

¹⁶ NT: No original: *Library standards for adult correctional institutions*.

2.2 REINO UNIDO

A definição de padrões em matéria de bibliotecas penitenciárias, da associação bibliotecária do Reino Unido, a Library Association, começou bem mais tarde que a sua análoga estadunidense e, como veremos, teve enfoques diferentes.

A primeira edição de suas diretrizes foi publicada em 1981 com o título *Bibliotecas prisionais: guia da Library Association para provisão de bibliotecas em estabelecimentos prisionais*¹⁷ (Prison libraries..., 1981). Para alguns autores da época, como Anthony Vaughan (1982), o documento nascia com poucas possibilidades de ter um impacto real nos centros penitenciários:

A curiosa decisão da Library Association de não mais chamar seus padrões de “padrões”, mas se referir a eles como “guias” ou “recomendações”, parece enfraquecer mais que fortalecer esses documentos. Companheiros que prestam pouca atenção a “padrões” tendem a prestar menos atenção ainda a “guias”. (VAUGHAN, 1982, p. 169).

A esta falta de ambição, teia que ser adicionado um contexto nacional de profunda recessão econômica e orçamentos bibliotecários decrescentes, o que influenciou enormemente o nível de exigência das bibliotecas prisionais. Apesar de tudo, nos anos seguintes, as coleções, o pessoal, as instalações, o financiamento e a gestão das bibliotecas prisionais britânicas se desenvolveram baseadas nas diretrizes publicadas.

Em 1991, se produziu um feito fundamental para o futuro das bibliotecas prisionais do Reino Unido: o HM Prison Service publicou *Bibliotecas prisionais: papeis e responsabilidades*¹⁸ (REINO UNIDO, 1992). Com este documento, o governo britânico e as autoridades das bibliotecas públicas oficializaram um dos princípios já estabelecidos nas *Bibliotecas prisionais* de 1981 ou seja que as “Bibliotecas são providas em todo estabelecimento pela associação com as bibliotecas públicas locais.” (citado em VAUGHAN, 1982). A partir daí, cada centro penitenciário deveria firmar um contrato¹⁹ (SLA) com as autoridades das bibliotecas públicas, no qual identificavam as

¹⁷ NT: No original: *Prison libraries: Library Association guidelines for library provision in prison department establishment.*

¹⁸ NT: No original: *Prison libraries: roles and responsibilities.*

¹⁹ NT: No original: Service Level Agreement (SLA)

responsabilidades de cada uma das partes na prestação de serviços, na gestão e no financiamento do serviço bibliotecário (LITHGOW, 1998).

Este acontecimento, junto com as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas ao longo dos anos, deu lugar, em 1997, a uma segunda edição das recomendações, desta vez intituladas *Guias para bibliotecas prisionais*²⁰ (COLLIS; BODEN, 1997).

Esta nova edição, aplicável unicamente à Inglaterra e ao País de Gales (Escócia e Irlanda do Norte tinham uma responsabilidade governamental diferente), estava destinada tanto ao pessoal do centro penitenciário como ao das bibliotecas públicas. Seu conteúdo foi amplamente reescrito (continha 24 páginas adicionais) e incluiu um novo capítulo sobre instalações (“acomodações”), assim como novos apêndices. Na sessão “Finanças e gestão”, como não poderia ser de outra maneira, foi diminuída a importância da cooperação e também da necessidade de definir claramente as funções e responsabilidades de todos os que participam da prestação de serviços bibliotecários nas prisões:

Todo estabelecimento deveria trabalhar com base num acordo escrito ou com contrato (SLA) entre as autoridades das bibliotecas públicas (PLA²¹) e o governo. O acordo deveria conter dois elementos. O primeiro elemento deveria definir os serviços a serem providos e os padrões sobre os quais eles são fornecidos. O segundo elemento deveria definir como esses serviços devem ser providos, por quem, com que financiamento, e como ele deve ser monitorado, avaliado e gerenciado. O acordo deveria ser dinâmico e sujeito a revisão anual e assinado por ambas as partes. (COLLIS; BODEN, 1997, p. 50).

O fato de existir um acordo como este determinou o caráter do *Guia* no sentido que, diferentemente dos padrões estadunidenses, aqui, a determinação dos valores mínimos para a coleção, os serviços e o pessoal é, em geral, flexível. Sua concretização foi deixada para a redação do contrato (SLA) que cada centro penitenciário haveria de formular com as autoridades das bibliotecas públicas em seu entorno.

²⁰ NT: No original: *Guidelines for prison libraries*.

²¹ NT: No original: *Public Library Authorities (PLA)*.

2.3 FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES

Em 1985, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) criou o Grupo de Trabalho para Serviços Bibliotecários em Prisões com o objetivo de analisar o estado dos serviços bibliotecários penitenciários em diferentes países. Após alguns anos de trabalho, o Grupo de Trabalho apontou à IFLA a necessidade de elaborar recomendações internacionais dirigidas aos bibliotecários responsáveis por esses serviços que, além de servir de guia para a criação e gestão da biblioteca, serviriam como instrumento para convencer as autoridades que um excelente serviço bibliotecário nas prisões era de vital importância, não somente para os presos como também para a sociedade (KAISER, 1993).

Foi assim que com a direção da incansável Frances E. Kaiser se publicou, em 1992, a primeira edição das *Guias para bibliotecas prisionais*²² (KAISER, 1992). Um primeiro desafio para a autora foi a dificuldade de elaborar recomendações que fossem realistas e que, por sua vez, fossem aplicáveis em todo o mundo, devido à diversidade de condições e possibilidades dos diferentes sistemas carcerários nacionais. Desta maneira, as recomendações foram apresentadas como propostas de princípios gerais, que cada país deveria utilizar para desenvolver suas próprias pautas nacionais.

Alinhando-se aos *Padrões bibliotecários para instituições correcionais para adultos*²³, de 1992, dos Estados Unidos, o *Guia* da IFLA também apontava para o direito dos presos ao acesso à informação e à equiparação do serviço bibliotecário nas prisões com o das bibliotecas públicas de cada país.

A partir destas duas premissas, a publicação está dividida em seis capítulos: pessoal, coleções, infraestrutura e equipamentos, financiamento e orçamento, serviços, e comunicação e relações públicas.

Na parte referente ao pessoal é colocada ênfase especial na importância de que o serviço conte com bibliotecários profissionais. A quantidade e a qualidade do pessoal, em seu conjunto, é condicionada, como já ocorria nos padrões estadunidenses, à população carcerária de cada instituição. Em relação às coleções, o *Guia* não recomenda uma quantidade exata de volumes, mas centra suas diretrizes no

²² NT: No original: *Guidelines for prison libraries*.

²³ NT: No original: *Library standards for adult correctional institutions*.

sentido de que esta deve refletir as necessidades e interesses dos diferentes grupos e pessoas presas (jovens, estrangeiros, diferentes níveis de alfabetização, etc.). Vale destacar a referência ao empréstimo bibliotecário como mecanismo para complementar a demanda de informação, fato que já aponta para a necessária colaboração do sistema de bibliotecas públicas nacionais, desenvolvido na última parte das recomendações.

Somente após três anos do surgimento da primeira edição das *Guia para serviços de bibliotecas para reclusos*²⁴ a IFLA publicou uma segunda edição revista das recomendações (KAISER, 1995). Esta celeridade se justificou devido à vontade de ir um passo além das diretrizes:

São decorridos três anos desde que o “Guia para serviços de bibliotecas para reclusos” foi publicado pela primeira vez e nós sentimos que era tempo de nos movermos além dos princípios gerais de práticas [...] e tomar um rumo consistente para olhar para os níveis de provisão de serviços. (KAISER, 1995, p. 3).

Ainda assim, o certo é que as mudanças nesta segunda edição não foram substanciais. Foi incluída uma bibliografia muito mais ampla e útil para o desenvolvimento de pautas de âmbito nacional, à qual se acrescentaram referências pontuais a algumas tecnologias inexistentes na primeira edição (recursos eletrônicos, correio eletrônico, catálogo de biblioteca) e se ampliaram um pouco as descrições de alguns serviços. Porém, na prática, a única mudança significativa foi a inclusão da parte intitulada *Existência e propósito das bibliotecas prisionais*²⁵, onde se encontram de forma abundante os princípios gerais que devem orientar a criação e a gestão de um serviço de biblioteca prisional de qualidade.

Foi necessário esperar 10 anos mais, em 2005, para que a associação internacional de bibliotecas, desta vez sob responsabilidade de Vibeke Lehmann e Joanne Locke publicasse a terceira edição do *Guia para serviços de bibliotecas para reclusos* (LEHMANN; LOCKE, 2005). A revisão veio precedida de um estudo sobre a situação das bibliotecas penitenciárias e da legislação vigente em todo o mundo, que foi realizada por intermédio de um questionário respondido por mais de 25

²⁴ NT: No original: *Guidelines for library services to prisoners.*

²⁵ NT: No original: *Existence and purpose of prison libraries.*

bibliotecários de diferentes países. Os resultados mostraram que a precariedade e as limitações deste serviço eram ainda dominantes em muitas nações, o que motivou uma revisão em profundidade das recomendações da IFLA. Lehmann e Locke reforçaram bastante bem este aspecto na introdução da publicação:

A Seção da IFLA para Bibliotecas Pessoas com Necessidades Especiais (LSDP) também reconheceu as transformações rápidas e profundas em todos os tipos de bibliotecas resultantes da introdução de tecnologias de informação e de sistemas de informatização. Foi criado um pequeno grupo de trabalho para 1) analisar a forma como os sistemas de bibliotecas públicas tinham ampliado os seus serviços externos de modo a incluir pessoas institucionalizadas (incluindo reclusos), 2) orientar uma revisão da literatura internacional de investigação sobre o estatuto atual das bibliotecas prisionais, e 3) recolher informação sobre padrões e orientações nacionais e métodos de prestação de serviços existentes. O objetivo final foi utilizar a informação para desenvolver uma nova edição das **Guia para Serviços de Biblioteca para Reclusos** que pudesse ser útil durante a primeira década do século XXI. Os resultados da pesquisa foram incorporados na presente edição. (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 4).

Essas incorporações incluem três novas partes. Um primeiro capítulo intitulado *Administração* onde se reforça a necessidade de se dispor, por escrito, de políticas nacionais e institucionais a médio e a longo prazo que garantam a sustentabilidade do serviço além de vontades pessoais. Também foi adicionada uma parte relacionada ao acesso dos internos à biblioteca (*Acesso*) baseado no princípio de que todos os reclusos, independentemente de sua classificação de segurança e de localização dentro do presídio, devem ter acesso a uma biblioteca e aos seus serviços. A terceira novidade se intitula *Tecnologia da informação* e, nela, partindo da premissa geral de que a única limitação para uso das tecnologias é a questão relacionada com a segurança do presídio, se mencionam ferramentas e serviços como o catálogo automatizado, o formato MARC 21, os computadores, os programas multimídia, a internet e o correio eletrônico. As demais partes do documento foram revisadas e redigidas de tal maneira que se pode falar, em muitos casos, de novas recomendações.

Pelo conjunto da obra, esta terceira edição do *Guia*, diferentemente da segunda edição, pode ser considerada como uma autêntica atualização das

recomendações. Além disso, auxiliam também a reorganização dos conteúdos, agrupados de uma maneira mais lógica e consistente, e uma apresentação formal mais cuidadosa, onde cada diretriz foi enumerada, o que facilita sua referência.

2.4 AUSTRÁLIA

A Austrália conta, hoje em dia, com os padrões mais atualizados do mundo no *Guia mínimo de padrões para serviços bibliotecários para presos da Associação Australiana de Bibliotecas e Informação*²⁶, de 2015 (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015)". A diferença entre os Estados Unidos e, em menor escala, com o Reino Unido, é que, no caso australiano, o percurso histórico é mais curto.

A primeira referência a algum padrão relacionado ao serviço bibliotecário em prisões se encontra no documento *Guia de padrões mínimos para prisões australianas*²⁷ publicado pela Australian Institute of Criminology em 1978 (BEVAN, 1978). Efetivamente, não se trata de nenhum padrão, mas sim de uma única menção, na Seção *Livros*, ao direito dos detentos de terem acesso à biblioteca:

40 – Todas as categorias de prisioneiros devem ter acesso a uma biblioteca adequadamente sortida com livros recreacionais e instrucionais e todos os prisioneiros devem ser encorajados a os utilizarem de forma integral. (BEVAN, 1978, p. 20).

O pleno envolvimento da comunidade bibliotecária no desenvolvimento das bibliotecas prisionais ocorreu no final dos anos 1980 quando, baseado em um informe elaborado pelo Grupo Nacional de Bibliotecários de Serviços Correcionais²⁸ em 1987, a Australian Library and Information Association (ALIA) criou um grupo de trabalho, liderado por Phil Roberts, com a função de redigir diretrizes mínimas. O adjetivo “mínimas” correspondia à dificuldade de elaborar padrões abrangentes e uniformes, dado que as condições e as possibilidades das prisões australianas naquele momento serem muito variadas.

²⁶ NT: No original: *Guidelines for library services to prisoners.*

²⁷ NT: No original: *Australian Library and Information Association minimum standard guidelines for library services to prisoners.*

²⁸ NT: No original: National Corrective Services Librarians Group.

O resultado do grupo de trabalho foi o documento *Bibliotecas prisionais australianas: guia para padrões mínimos*²⁹, publicado em 1990 pela ALIA (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 1990). As normas são devedoras do documento *Bibliotecas prisionais*, de 1981, da Library Association do Reino Unido, do qual, inclusive, são reproduzidos alguns textos (não se pode esquecer dos vínculos históricos da Austrália com o Reino Unido e que a partir de 1931 passou a fazer parte da Commonwealth of Nations). Também foram considerados nessa elaboração as diretrizes norte-americanas.

Com a publicação, em 2005, da terceira edição do *Guia para serviços de bibliotecas para reclusos* da IFLA, a Australian Library and Information Association viu uma boa oportunidade para atualizar suas diretrizes e em 2015 publicou o *Guia mínimo de padrões para serviços bibliotecários para presos da Associação Australiana de Bibliotecas e Informação*³⁰ (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015). Embora este documento contenha os mesmos capítulos (com pequenas alterações nos títulos), o certo é que o grupo de trabalho da ALIA realizou um excelente trabalho de atualizar as normas de tal forma que se pode afirmar que o *Guia* australiano contém as normas mais atualizadas que existem na atualidade.

Uma mostra disso é o conteúdo do capítulo *Serviços digitais* (*Serviços técnicos* na edição de 1990). Nele se menciona o acesso à internet e ao correio eletrônico como ferramentas de trabalho dos bibliotecários profissionais:

9.2 *Staff* bibliotecário profissional deve ter acesso à internet e a email, a fim de atender às demandas de informação, pesquisa na web baseada em catálogos de bibliotecas, comunicação com colegas profissionais e vendedores, cursos de longa distância e participação em empréstimo entre bibliotecas. (AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION, 2015).

Além disso, foi contemplado o acesso dos prisioneiros a um catálogo *on-line* (que permite realizar buscas federadas ao catálogo da biblioteca e aos recursos eletrônicos disponíveis) e, quando a segurança da rede penitenciária permite, acesso supervisionado à internet. Tudo isto desenvolvido em um sítio *web* próprio da

²⁹ NT: No original: *Australian prison libraries: minimum standard guidelines*.

³⁰ NT: No original: *Australian Library and Information Association minimum standard guidelines for library services to prisoners*.

biblioteca que contenha informações gerais sobre seus serviços e uma conexão ao catálogo *on-line*. Destaca-se a recomendação de que este sítio *web* cumpra os princípios de acessibilidade do W3C (<http://www.w3.org/standards/webdesign/accessibility>) como forma de assegurar que todos os presos, independentemente de suas capacidades físicas ou psíquicas, tenham acesso aos recursos *on-line*.

Talvez a maior diferença entre os padrões australianos de 2015 e as recomendações britânicas de 1997, nas quais se baseiam parcialmente, é a inexistência de um acordo com as autoridades das bibliotecas públicas para a gestão das bibliotecas prisionais semelhante ao contrato (SLA) visto anteriormente. De fato, esta diferença foi detectada por Jeremy Hodes quando, em sua resenha de 1998 da segunda edição do *Guia para bibliotecas prisionais*, lamentava a oportunidade perdida pela Austrália:

A maior diferença entre o sistema deles e o nosso é que na Grã Bretanha os serviços bibliotecários nas prisões são providos por intermédio das autoridades locais, enquanto que na Austrália eles são providos diretamente por intermédio dos departamentos ou instituições do governo. O resultado é que as bibliotecas prisionais britânicas possuem melhores recursos e pessoal. (HODES, 1998)

3 CONCLUSÕES

A evolução dos padrões e das recomendações sobre bibliotecas prisionais que foram desenvolvidos nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) responde, em todos os casos, a um contexto histórico específico. No caso das diretrizes de âmbito nacional, em um contexto condicionado às características de cada país em matéria carcerária e bibliotecária. Enquanto nos Estados Unidos o sistema carcerário desenvolveu, já a meados da década de 1970, um programa de certificação voluntária, que deu lugar a padrões de bibliotecas prisionais muito detalhados e orientados à superação da mencionada certificação, no Reino Unido, o elemento que teve mais impacto no desenvolvimento de suas recomendações em matéria de bibliotecas prisionais foi o acordo a que chegaram em 1991 o HM Prison Service e as autoridades de bibliotecas públicas, com o qual se oficializava a gestão conjunta dos serviços bibliotecários nas prisões britânicas. O governo australiano se aproveitou de

toda essa experiência para publicar, em 2015, as que, até o momento, são as diretrizes mais atualizadas e melhor adaptadas às mudanças tecnológicas que atingem tanto os bibliotecários quanto os presos.

Diferente foi o desafio a que teve que fazer frente a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA). Ainda que seu objetivo tenha sido, em todo momento, coincidente com o das associações nacionais (conseguir um sistema de bibliotecas prisionais de qualidade), a IFLA, por carecer de um marco geográfico de desenvolvimento único, teve que conjugar a necessária concretização de suas recomendações com a declaração de princípios gerais úteis a qualquer país que, no mínimo, os permitiria elaborar normas próprias a partir daquelas estabelecidas pela associação internacional.

É de se esperar que esta história de evolução de padrões e recomendações nacionais e internacionais continue, uma vez que as sociedades mudam e com elas seus sistemas penitenciários, seus sistemas de bibliotecas e, diante de tais mudanças, as bibliotecas prisionais não podem permanecer estáticas.

4 BIBLIOGRAFIA

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Library standards for adult correctional institutions**. Chivago: ALA, 1992.

AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION (ED.). **Australian prison libraries: minimum standard guidelines**. Canberra: Australian Library and Information Association, 1990.

AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION. **Australian Library and Information Association Minimum standard guidelines for library services to prisoners**. Canberra: Australian Library and Information Association, 2015.

BAILEY, A. **Standards for Library Service in Institutions: A. In the Correctional Setting**. *Library Trends*, v. 21, p. 261–266, 1972.

BEVAN, C. R. (ED.). **Minimum standard guidelines for Australian prisons**. Canberra: Australian Institute of Criminology, 1978.

COLLIS, R.; BODEN, L. (EDS.). **Guidelines for prison libraries**. 2nd ed. London: Library Association Publishing, 1997.

F.T.F. Book reviews. Manual of suggested standards for a state correctional system. **Social service review**, v. 21, n. 3, p. 426, 1947.

HODES, J. Book reviews. British but relevant. **The Australian Library Journal**, v. 47, n. 2, p. 202–203, 1998.

KAISER, F. E. (ED.). **Guidelines for library services to prisoners**. The Hague: International Federation of Library Associations, 1992.

KAISER, F. E. An introduction to the international guidelines for library services to prisoners. **IFLA Journal**, n. 1, p. 67–73, 1993.

KAISER, F.E. (ED.). **Guidelines for library services to prisoners**. 2nd rev. ed. The Hague: IFLA Headquarters, 1995.

LEHMANN, V. Challenges and accomplishments in U.S. prison libraries. **Library Trends**, v. 59, n. 3, p. 490–508, 2011.

LEHMANN, V.; LOCKE, J. **Guidelines for library services to prisoners**. 3rd ed. The Hague: International Federation of Library Associations and Institutions, 2005.

LITHGOW, S. Book reviews. Guidelines for prison libraries. **Education for Information**, v. 16, p. 156–158, 1998.

NACIONES UNIDAS. ASAMBLEA GENERAL. **United Nations standard minimum rules for the treatment of prisoners**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.penalreform.org/resource/standard-minimum-rules-treatmentprisoners-smr/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PRISION LIBRARIES: Library Association guidelines for library provision in prison department establishment. London: Library Association, 1981.

RECOMMENDATION Rec(2006)2 of the Committee of Ministers to member states on the European Prison Rules. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/human-rights-rule-of-law/european-prison-rules>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

REINO UNIDO. STANDING COMMITTEE ON PRISON LIBRARIES. Prison libraries: roles and responsibilities. London: HM Prison Service, 1992.

SUVAK, D. Pen and ink: writing standards for prison libraries. **Wilson Library Bulletin**, v. 64, n. 2, out. 1989.

VAUGHAN, A. Standards for British libraries. **Library Trends**, v. 31, n. 1, p. 155–171, jul. 1982.

WILKINS, B. The correctional facility library: history and standards. **Library Trends**, v. 26, n. 1, jul. 1977.

Tradução de José Carlos Sousa Silva

Revisão de Maria Tereza Machado Teles Walter

Como citar este artigo:

SULÉ, Andreu. Bibliotecas prisionais e padrões nacionais e internacionais: evolução histórica. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 4, n. 2, p. A–B, jul./dez. 2018. Disponível em: www.cajur.com.br.